



INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

03 / NOVEMBRO / 2021

DESTAQUES

PRESIDENTES DO G20 APOIAM TAXAÇÃO GLOBAL DE 15% PARA GRANDES EMPRESAS

Medida pretende coibir transferência de recursos para paraísos fiscais
Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil - Brasília

[Leia Mais](#)

FISCO X CONTRIBUINTE

STJ VETA ALEGAÇÃO DE COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA EM EMBARGOS À EXECUÇÃO

Por Danilo Vital

O contribuinte não pode utilizar embargos à execução fiscal para alegar compensação tributária indeferida na esfera administrativa como matéria de defesa, por vedação do artigo 16, parágrafo 3º da Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980).

[Leia Mais](#)

STF: DOIS MINISTROS VOTAM A FAVOR DO FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (FAP)

Mecanismo é usado para aumentar ou reduzir as alíquotas do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT)

Por Beatriz Olivon — Brasília

[Leia Mais](#)

PRAZO PARA EMPRESAS CONTESTAREM O FAP INICIA EM NOVEMBRO

O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) leva em consideração o grau de risco da atividade e é aplicado sobre a folha de salários

[Leia Mais](#)

BENEFÍCIO FISCAL

LEI QUE PRORROGA ISENÇÕES DO ICMS POR 15 ANOS É SANCIONADA

Foi sancionado nesta quarta-feira (27/10) pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), o Projeto de Lei Complementar 5/2021, que prorroga por 15 anos

benefícios fiscais concedidos por estados para setores do comércio. A proposta foi aprovada pelo Senado no começo de outubro e pela Câmara no final de setembro.

[Leia Mais](#)

RECEITA ORIENTA SOBRE RESTITUIÇÃO DE VALORES DE IMPOSTO DE RENDA EM RAZÃO DE DECISÃO JUDICIAL

Trata-se de decisão referente à não incidência de imposto de renda sobre juros de mora sobre rendimentos recebidos acumuladamente. Contribuintes que tiverem valores retidos devem retificar sua declaração.

[Leia Mais](#)

LGPD: REGRAS PARA MULTAS COMEÇAM A VALER, FISCALIZAÇÃO ATIVA VEM EM 2022

LGPD: Regras para multas começam a valer, fiscalização ativa vem em 2022
Luís Osvaldo Grossmann* Convergência Digital

[Leia Mais](#)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STF VAI DECIDIR SE ÍNDICE DE JUROS DE MORA NA CONDENAÇÃO DA FAZENDA PODE SER MODIFICADO APÓS TRÂNSITO EM JULGADO

A questão é tratada em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida.

[Leia Mais](#)

REFORMA TRABALHISTA

GILMAR MENDES: TETO EM INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS É EXEMPLIFICATIVO, NÃO TAXATIVO

Nunes Marques pede vista e análise é interrompida até que ele coloque o tema em pauta novamente

FLÁVIA MAIA

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

[Leia Mais](#)

STF DECIDE QUE CONTRATO DE PARCERIA ENTRE SALÕES E PROFISSIONAIS DE BELEZA É CONSTITUCIONAL

De acordo com a tese aprovada, a parceria será nula quando o contrato for utilizado para dissimular relação de emprego de fato.

[Leia Mais](#)

COMEÇO DO FIM

NOVA RESOLUÇÃO AUTORIZA RETOMADA DE ATIVIDADES PRESENCIAIS NO STF A PARTIR DE 3/11

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal assinou, nesta terça-feira (26/10), a Resolução 748/2021, que autoriza o retorno gradual das atividades presenciais nas dependências do Tribunal, inclusive o atendimento ao público externo, a partir do dia 3 de novembro.

[Leia Mais](#)

PARTIDO QUESTIONA ENTENDIMENTO DO STJ SOBRE DISPENSA DE INTIMAÇÃO DO CREDOR INERTE

Na ação, o Solidariedade afirma que a falta de intimação do credor para início da prescrição intercorrente viola garantias constitucionais.

[Leia Mais](#)

PARTIDO ENTRA COM AÇÃO PARA DERRUBAR VENDA DIRETA DE ETANOL AOS POSTOS

Solidariedade diz ao STF que medidas provisórias assinadas por Bolsonaro violam proteção às marcas e confundem o consumidor

Por Joice Bacelo

Leia Mais 13

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

STJ: RELATORA ADIA PROCESSO SOBRE CRÉDITOS DE PIS E COFINS Por Joice Bacelo

Julgamento estava previsto para ocorrer nesta tarde, na 1ª Seção

[Leia Mais](#)

2ª SEÇÃO

STJ: PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA PEDIDO DE REEMBOLSO DE PLANOS DE SAÚDE É DE 10 ANOS

Unimed-Rio alegava que o prazo de pedido de reembolso pelo beneficiário era de três anos e já havia prescrito

KARLA GAMBA

[Leia Mais](#)

VAI E VEM PROCESSUAL

4ª TURMA AFETA À CORTE ESPECIAL TESE SOBRE SELIC PARA CONDENAÇÕES POR DÍVIDA CIVIL

por Danilo Vital

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu, mais uma vez, afetar à Corte Especial um processo que discute o afastamento da taxa fazendária (Selic) para correção de dívidas civis, conforme dispõe o artigo 406 do Código Civil.

[Leia Mais](#)

STJ MANTÉM COBRANÇA DE IOF SOBRE OPERAÇÃO DE CÂMBIO “SIMBÓLICA”

Ministros aplicaram precedente sobre CPMF ao caso

Por Beatriz Olivon — Brasília

[Leia Mais](#)

3ª TURMA

STJ MANDA INPI REANALISAR PEDIDO DE EMPRESA DE CALÇADOS PARA REGISTRAR MARCA PERDIGÃO

Para a 3ª Turma do Tribunal, alto renome da marca de frios não pode retroagir e impedir registro em segmento distinto

[Leia Mais](#)

TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

EMPRESAS SÃO CONDENADAS POR ANÚNCIOS DE SITES DE BUSCA

Tribunais consideram concorrência desleal uso da marca do concorrente como palavra-chave em link patrocinado
Por Gilmara Santos — De São Paulo

[Leia Mais](#)

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

TST PASSA A EXIGIR COMPROVANTE DE VACINAÇÃO PARA INGRESSO E CIRCULAÇÃO

A medida entra em vigor na próxima quarta-feira (3 de novembro).

[Leia Mais](#)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

JUSTIÇA DO TRABALHO MANTÉM JUSTA CAUSA POR USO INDEVIDO DE DADOS

TRT de São Paulo entendeu que, apesar de trabalhador não ter repassado as informações a terceiros, deveria ser validada a penalidade

Por Gilmara Santos — De São Paulo

[Leia Mais](#)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

APÓS POLÊMICA

CARF ACABA COM LIMITAÇÃO DE AUDIÊNCIA A PRESIDENTE E RELATOR

Norma prevê que audiência deverá contar com participação de, ao menos, outro agente público em exercício no Conselho

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

CÂMARA SUPERIOR DO CARF LIVRA CONTRIBUINTE DE MULTA DE 150%

É o primeiro precedente envolvendo uso indevido de ágio, segundo advogados

Por Joice Bacelo — Do Rio

[Leia Mais](#)

PLACAR DE 5 X 3

LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DESENVOLVIDO NO EXTERIOR É IMPORTAÇÃO, DECIDE CARF

Para conselheiros, esse tipo de produto desenvolvido no exterior está sujeito ao regime não cumulativo de PIS e Cofins

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

3ª TURMA

CÂMARA SUPERIOR DO CARF AFASTA PIS/COFINS SOBRE RENDA DE ESTACIONAMENTO DE SHOPPING

Prevaleceu a tese de que o shopping é um condomínio e não pode ser tributado como empresa

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

PEJOTIZAÇÃO

CARF MANTÉM COBRANÇA EM CASO DE CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS DA REDE GLOBO COMO PJS

Conselheiros mantiveram lançamentos exigindo contribuição previdenciária em dois processos

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

3ª TURMA DA CÂMARA SUPERIOR

CARF SEGUE STJ E MANTÉM CAPATAZIA NA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

Resultado foi por unanimidade; Foi a primeira vez que o Conselho aplicou entendimento do STJ

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

3ª TURMA DA CÂMARA SUPERIOR

CARF NEGA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO EM CASO COM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO

Placar do julgamento ficou em cinco a três a favor da Fazenda Nacional

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

CARF: ESTOQUE DE PROCESSOS SE APROXIMA DE R\$ 1 TRILHÃO

Sistemática de julgamento adotada durante a pandemia influenciou valores
Por Beatriz Olivon

[Leia Mais](#)

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECEITA PUBLICA NOVA ORIENTAÇÃO SOBRE TAXAÇÃO DE SOFTWARE

Entendimento da 4ª Região Fiscal beneficia o contribuinte, segundo advogados

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia Mais](#)

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

CONSELHINHO FIXA MULTA PARA VALOR DEPOSITADO EM TRUST NO EXTERIOR SEM DECLARAÇÃO

Para o órgão, a obrigação legal de prestar informações sobre a existência de bens e valores mantidos fora do país é abrangente, alcançando trust

[Leia Mais](#)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEM VOTOS PARA APROVAÇÃO, PEC DOS PRECATÓRIOS É ADIADA

Resistências na Câmara e ausência de deputados fazem governo desistir da votação

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

[Leia Mais](#)

CRIAÇÃO DE NOTA FISCAL BRASIL TEM CAMINHO ABERTO NO CONGRESSO

Por Joice Bacelo

Documento concentraria informações que precisam ser prestadas pelas empresas a municípios, Estados e União

[Leia Mais](#)

SENADO FEDERAL

LEI DEFINE NOVAS REGRAS PARA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A principal inovação é que a improbidade só poderá ser caracterizada quando ficar provado que houve intenção maliciosa do agente público, e não apenas imprudência ou negligência

Cléber Medeiros/Senado Federal

[Leia Mais](#)

SENADO APROVA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE DESPACHANTE DOCUMENTALISTA

Jefferson Rudy/Agência Senado

Proposições legislativas PL 2022/2019

O Plenário do Senado aprovou, nesta quinta-feira (28), proposta da Câmara dos Deputados que regulamenta o exercício da profissão de despachante documentalista. O texto segue agora para sanção presidencial.

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

ADVOGADOS CONSIDERAM INCONSTITUCIONAL PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Para os especialistas, essas regras vão na contramão do que já decidiu o Supremo

Por Adriana Aguiar, Valor — São Paulo

[Leia Mais](#)

O QUE OS PRODUTORES RURAIS FARÃO DIANTE DO AUMENTO DE IMPOSTOS DOS FERTILIZANTES EM 2022?

A partir de janeiro, haverá cobrança de 1% de ICMS, com avanço gradual até 2025; federações lutam para viabilizar um modelo que garanta o crédito do tributo

Por Kellen Severo 27/10/2021 08h30

[Leia Mais](#)

PLATAFORMAS DIGITAIS E DIREITO DO TRABALHO HÁ UMA RELAÇÃO DE TRABALHO, AINDA QUE NÃO CONVENCIONAL, COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, NA MAIORIA DOS CASOS

Por José de Lima Ramos Pereira

Elas são muitas e a cada dia ocupam mais espaço nas nossas vidas. As plataformas digitais estão por todos os lados, assim como as telas de nossos telefones inteligentes. Nós as utilizamos para reservar um quarto de hotel, para pedir uma pizza no fim da tarde ou mesmo para irmos de um lugar para outro na cidade.

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens em spam. "envio.advcbm.com.br".



